

Frações burguesas e modelo educacional: notas para a escolha de políticas educacionais segundo os interesses de classe

Fernanda Maria Caldeira¹

Resumo: Este artigo analisa as transformações nas políticas educacionais brasileiras entre 2008 e 2022, comparando dois modelos distintos: a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), criada no governo Lula, e o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), implementado durante o governo Bolsonaro. Com base na teoria marxista do Estado, especialmente em Poulantzas, o estudo investiga como diferentes frações de classe influenciam o desenho e a implementação dessas políticas. O método adotado inclui análise documental e revisão bibliográfica. Os resultados mostram que os Institutos Federais representam um projeto vinculado à burguesia interna e ao neodesenvolvimentismo, com foco na formação técnica e científica. Por outro lado, as escolas cívico-militares refletem interesses autoritários e conservadores, articulados à burguesia associada, forças militares e think tanks neoconservadores. Embora não se observe unidade na atuação da burguesia associada em torno do PECIM, o avanço do projeto evidencia a influência dessa fração no bloco no poder. Conclui-se que as políticas educacionais no Brasil recente expressam disputas de classe e que a militarização da educação cumpre função estratégica na consolidação de projetos políticos conservadores.

Palavras-chave: Escolas cívico-militares. Classes sociais. Políticas educacionais.

Abstract: This paper analyzes the transformations in Brazilian educational policies between 2008 and 2022 by comparing two distinct models: the Federal Network of Professional, Scientific

¹ Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná.

and Technological Education (RFEPCT), created during Lula's administration, and the National Program of Civic-Military Schools (PECIM), implemented under Bolsonaro. Based on the Marxist theory of the state, particularly Poulantzas' framework, the study investigates how different class fractions influence the design and implementation of educational policies. The methodology includes document analysis and literature review. The results indicate that the Federal Institutes embody a project aligned with the internal bourgeoisie and the neo-developmental agenda, emphasizing technical and scientific training. In contrast, civic-military schools reflect authoritarian and conservative interests linked to the associated bourgeoisie, military forces, and neoconservative think tanks. Although there is no clear consensus within the associated bourgeoisie regarding PECIM, the advancement of the program demonstrates its influence within the ruling bloc. The study concludes that recent educational policies in Brazil are shaped by class disputes and that the militarization of education serves a strategic role in consolidating conservative political projects.

Keywords: Civic-military schools. Social classes. Educational policies.

Introdução

Este artigo tem como objeto as mudanças nas políticas públicas educacionais do período de 2008 a 2022². A pesquisa visa contribuir com o debate das determinações das políticas públicas a partir de análises que examinem qual projeto prestaram as políticas implementadas no país nos últimos 14 anos³. Sendo assim, o estudo buscou inferir

² O período em questão inicia-se em 2008, ano de promulgação da Lei nº 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no contexto do segundo mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O ano de 2022, por sua vez, corresponde ao término do governo de Jair Bolsonaro.

³ Conforme o cientista político Paul Sabatier (1940–2019), mudanças substanciais nas políticas públicas geralmente ocorrem após um período mínimo de dez anos, permitindo

sobre o tema da formulação e implementação de políticas públicas, na medida em que se observa mudanças nas orientações das políticas no período pós impeachment de 2016, que merecem ser analisadas sob a perspectiva das disputas e interesses políticos e econômicos predominantes na atual conjuntura brasileira.

Para realizar a análise, a pesquisa se debruça sobre dois programas nacionais: o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), criado em 2019 durante o governo Bolsonaro, e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), instituída pela Lei nº 11.892/2008, no contexto dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). A comparação entre essas iniciativas permite compreender como diferentes projetos políticos se materializam nas políticas educacionais a partir da caracterização das classes sociais, o que evidencia os conflitos na definição e no desenho das medidas governamentais.

Observar a natureza de classe dos projetos reivindicados permite identificar os interesses de determinadas classes e frações de classes. Nesse caso, a política pública se estabelece como determinação da complexidade da formação social e da conjuntura política brasileira, mantendo intactos o poder político e o aparelho de Estado (POULANTZAS, 1977).

Este pressuposto conceitual define as políticas educacionais como parte da política governamental do Estado capitalista que fundamenta-se na constituição de um corpo burocrático que mantém a ordem social e o princípio jurídico da igualdade entre os cidadãos. Nessa configuração, o Estado capitalista concilia os interesses, de um lado, por escola pública e gratuita (ligada aos direitos de cidadania) e, de outro, pela liberdade de ensino. O resultado é a coexistência entre a educação estatal e as escolas privadas ou confessionais (SAES, 2020).

a observação e avaliação adequadas dos efeitos das políticas implementadas. Sabatier argumenta que esse intervalo é necessário para que o aprendizado orientado para políticas se desenvolva de forma incremental, possibilitando uma compreensão mais profunda dos impactos e das dinâmicas envolvidas nas mudanças políticas.

Conforme o referencial teórico poulantziano, a premissa básica é a da não neutralidade do Estado, que se vincula ao modo de produção capitalista, “[...] o Estado como uma instituição com vínculo de classe, uma forma de organização que a burguesia adota para fins internos e externos, para a garantia mútua de sua propriedade e interesses.” (RAMOS, 2012).

Dessa forma, os Institutos Federais, criados em 2008 durante o segundo governo Lula, representam um modelo institucional baseado na formação humana integral. Esse modelo transformou a política de Educação Profissional e Tecnológica, com ênfase no Ensino Médio Integrado, que articula de forma orgânica a formação geral e o ensino técnico. O desempenho no IDEB⁴ dessas instituições é um dos maiores do país (PINHEIRO et al, 2019). Por outro lado, desde 2019, na gestão de Jair Bolsonaro, o governo federal consolidou um programa nacional de implantação de escolas cívico-militares em todo o país. Esse modelo se espelha nos colégios militares do Exército, das polícias e dos corpos de bombeiros.

O PECIM justifica a escolha do modelo de escola cívico-militar com base no bom desempenho dos Colégios Militares no IDEB. Esse é um argumento central para analisar a escolha desse modelo pelo governo Bolsonaro. No entanto, os Colégios de Aplicação e os Institutos Federais têm desempenho superior aos Colégios Militares. Dados da Evoluçional (2020) sobre o ENEM de 2019 mostram que das 50 melhores escolas, três são ligadas às universidades federais, e as demais são privadas.

⁴ Embora o IDEB apresente limitações reconhecidas — como a simplificação da qualidade educacional a indicadores quantitativos e a desconsideração de fatores socioeconômicos e culturais —, sua recorrente utilização como justificativa para a implementação de políticas como o PECIM e as escolas cívico-militares estaduais torna-o relevante para análise. Assim, neste texto, o IDEB é abordado não como medida definitiva de qualidade, mas como elemento discursivo central na formulação e legitimação dessas políticas educacionais. Além disso, os dados do IDEB orientam as políticas públicas educacionais no país, como o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024.

Assim sendo, chegamos a um problema a ser investigado: o que justifica o investimento nas políticas educacionais sob o modelo das escolas cívico-militares durante o governo Bolsonaro? Quais fatores políticos e sociais motivaram essa escolha em detrimento das políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) implementadas e expandidas durante o segundo mandato de Lula?

Para responder às questões levantadas, a pesquisa utilizou métodos como revisão bibliográfica e análise de conteúdo para garantir a sistematização do conhecimento. A investigação foi baseada em fontes de pesquisa do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira, além de documentos oficiais, como a lei federal nº 11892/2008, portarias do Ministério da Educação a partir de 2019, o projeto do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM).

Este estudo visa contribuir para o debate acerca das determinações das políticas educacionais, examinando qual projeto de desenvolvimento tem sido promovido pelas políticas implementadas no país em diferentes governos, sobretudo o governo Lula 2 e o governo Bolsonaro.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, este artigo desenvolve notas críticas e levanta algumas hipóteses, com base em aportes bibliográficos e empíricos, que permitem identificar movimentos que evidenciam a implementação de modelos de políticas educacionais adotados com a fração hegemônica do bloco no poder. Em síntese, o artigo expõe uma visão geral sobre o assunto, buscando oferecer elementos para análises a serem aprofundadas em outro momento, especialmente sobre as escolas cívico-militares e as possíveis relações com a burguesia associada.

Análise das políticas educacionais na recente conjuntura nacional

A análise das políticas educacionais ocorreu a partir da conceituação das classes sociais, o que possibilitou evidenciar os conflitos na definição e no desenho das medidas governamentais em

uma determinada conjuntura política. Conforme Poulantzas (1977), o próprio conceito de conjuntura está situado no campo das práticas e da luta de classes, sendo a originalidade de uma formação social dada pela ação combinada das forças sociais. A política pública se estabelece como determinação dessa complexidade mantendo o poder político e o aparelho de Estado sob uma mesma formação social.

Compreendo esse pressuposto e seguindo o referencial teórico poulantziano, vejamos a seguir como essas questões se colocam no interior da conjuntura brasileira a partir do segundo governo Lula até o governo Bolsonaro.

Os governos dos Partidos dos Trabalhadores

A Lei nº 11.892/2008, que cria um modelo de instituição ofertante da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foi sancionada no segundo mandato do governo Lula. Para a compreensão da implementação dos princípios contidos na lei, é importante fazer uma breve caracterização do período dos governos do PT.

O cientista político Armando Boito Jr. identifica que os governos do PT (2003-2016) compuseram uma frente “que foi a base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda” (BOITO, 2018, p.35). Essa frente caracterizou-se pela instabilidade permanente, sobretudo por sua qualidade policlassista baseada na política de desenvolvimento, denominada pelo autor de neodesenvolvimentista.

Embora a frente neodesenvolvimentista tenha reunido setores distintos da sociedade, como a grande burguesia interna, composta por indústrias da construção pesada, civil e naval, mineração, agronegócio e grandes bancos privados nacionais, e também segmentos das classes dominadas, como o operariado urbano, a baixa classe média, o campesinato e os trabalhadores da massa marginal, existiam divergências estruturais entre esses grupos. Apesar

dessas contradições, a aliança foi sustentada por interesses comuns momentaneamente compartilhados. Isso permitiu à burguesia interna assumir uma posição de liderança no bloco no poder, ao mesmo tempo em que integrava, ainda que de forma subordinada, amplos setores da classe trabalhadora.

Por conseguinte, enfrentando um campo neoliberal ortodoxo representado pela fração burguesa subordinada ao grande capital internacional, a frente neodesenvolvimentista implementou políticas fundamentadas no crescimento econômico com certo nível de transferência de renda. (BOITO JR., 2018). O autor caracteriza, no entanto, o neodesenvolvimentismo como o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal, portanto diferente do que se compreende como o modelo hegemônico do período dos anos 1930-1980. Níveis mais modestos de crescimento econômico, centralização do desenvolvimento na indústria de baixa densidade tecnológica e menor peso ao protecionismo são alguns aspectos do neodesenvolvimentismo que permitem concluir por essa diferenciação.

Tais aspectos são impostos pelo modelo capitalista neoliberal, que estabelece um tipo de cercamento ao crescimento econômico do novo período. Nesse contexto, surgem políticas de educação profissional específicas, tais como a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), em 2007, possibilitada pela implementação da Lei nº 11.892/2008. Nesse aspecto, vale destacar a articulação existente entre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a implementação de políticas de formação da força de trabalho.

Trata-se de um mecanismo da frente neodesenvolvimentista que favorece os interesses da fração da burguesia industrial, formando mão de obra qualificada e permitindo o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que supre as demandas sociais de qualificação da educação, da ciência e da tecnologia. Esse argumento se justifica no segundo mandato do governo Lula (2007-2010), quando o PAC foi lançado dando respaldo a duas grandes reivindicações do setor industrial: a

preferência por produtos nacionais e a facilitação de crédito junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Simultaneamente, a geração de empregos formais oriunda do programa contribuiu para o sucesso das iniciativas de fortalecimento da educação profissional pública, dando vazão à expansão da oferta e consolidando propostas inovadoras. Nesse período está localizado o fortalecimento da política de Ensino Médio Integrado (EMI), proposta de currículo unitário que articula formação geral e educação profissional numa mesma trajetória educacional, efetivando o direito à educação a jovens trabalhadores.

Entre 2007 e 2014, a ampliação do número de vagas em EMI em todo o país representou mais de 270%, atingindo 366.959 matrículas, em sua grande maioria concentradas na esfera pública (PELISSARI, 2019). Por esse caminho, é possível concluir que a criação da RFEPCT está inserida no contexto conjuntural da frente neodesenvolvimentista estabelecida ao longo dos governos do PT, que possibilitaram uma hegemonia da burguesia interna no interior do bloco no poder. O PAC, como produto mediado, foi uma medida importante para a consolidação da frente neodesenvolvimentista, oportunizando a orientação da burguesia associada, dirigente do bloco neoliberal, para uma maior oposição ao governo petista.

Disputa pela hegemonia no bloco no poder e o golpe de 2016

Durante o segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), o agravamento da crise econômica internacional repercutiu no cenário interno, gerando insatisfações por parte da burguesia interna em relação ao governo federal. Essa fração da burguesia, que é ao mesmo tempo dependente e concorrente do capital internacional, até então via na frente neodesenvolvimentista um instrumento para a defesa de seus interesses. No entanto, diante do novo contexto, começou a se dividir quanto ao apoio ao governo e ao processo de impeachment, sem que isso significasse, naquele momento, uma hegemonia da burguesia

associada no interior do bloco no poder. A consolidação desse novo arranjo de forças se deu com o desfecho do golpe de 2016.

Uma parte da burguesia interna defendeu a manutenção da Dilma na presidência, outra parcela permaneceu neutra e uma terceira parte foi ativa durante o processo de deposição. Entretanto, a força dirigente desse processo foi o capital estrangeiro por meio da burguesia associada, que viu a oportunidade de romper a frente neodesenvolvimentista dirigida pela burguesia interna e retomar a hegemonia política que tinha durante os anos 1990 (BOITO JR., 2018).

Em seguida, percebeu-se um avanço acelerado de políticas neoliberais. A literatura classifica essas políticas como contrarreformas, pelo fato de se estabelecerem no sentido contrário aos interesses das classes populares e servirem como mecanismo de consolidação do capitalismo neoliberal (RAMOS e FRIGOTTO, 2016). Fundamentam-se na retirada de direitos sociais, abertura comercial e hegemonia da financeirização, impondo um profundo cenário de desindustrialização à economia do país.

Martuscelli (2015) argumenta que o termo “contrarreforma” é mais adequado para designar políticas estatais de cunho neoliberal que visam reduzir ou eliminar as conquistas sociais alcançadas pelos movimentos operário e popular. Enquanto nos países centrais essas conquistas se relacionam ao Estado de bem-estar social, nos países latino-americanos estão associadas ao nacional-desenvolvimentismo. Nessa perspectiva, o neoliberalismo não busca reformar o capitalismo em favor das classes subalternas, devendo ser caracterizado, portanto, como uma contrarreforma.

Esse conjunto de mudanças implementadas após 2016 foi demonstrando a disputa política-ideológica por parte do governo de Michel Temer, evidenciando que as medidas governamentais, no que se refere também às políticas educacionais, fazem parte da atual hegemonia das frações de classes no interior do bloco no poder.

Políticas como a Emenda Constitucional 95 do teto de gastos públicos, que impacta o orçamento da educação, assim como a Reforma

do Ensino Médio, foram iniciadas no governo Temer (2016-2018), e deram continuidade no governo Bolsonaro (2019-2021). As políticas públicas elaboradas e aprovadas nesses governos demonstram, se analisadas, os interesses das classes ou frações de classes que dirigem o bloco no poder. Segundo Pelissari:

Todas essas alterações, em geral, ocorrem com disputas políticas e educacionais originaram-se no seio das contradições da sociedade brasileira. Tais interesses, mais ou menos explícitos, apresentados pelos grupos, classes e frações de classe, que atuam na cena política reivindicando, por modelos pedagógicos e concepções educacionais adequados ao tipo de formação profissional que lhes interessa. (PELISSARI, 2019, p. 23).

No período pós-golpe de 2016 foi possível observar, pelo ponto de vista econômico, uma grande ofensiva neoliberal com modificações nas políticas de Estado garantidas pela Constituição de 1988, como a Reforma Trabalhista de 2017 e a Reforma da Previdência de 2019. No entanto, para além das políticas neoliberais, observa-se um forte caráter ideológico neofascista no governo Bolsonaro, implicado também nas políticas educacionais.

Caracterização do governo Bolsonaro

Caracterizar o governo Bolsonaro é uma etapa fundamental para a análise da implementação do programa das Escolas Cívico-Militares e para a compreensão de sua natureza político-ideológica, bem como sua relação com os militares e as frações burguesas.

É relevante destacar que, desde o governo Temer, o grupo militar passou a desempenhar um papel mais proeminente, assumindo um papel de tutela das instituições democráticas. Um exemplo emblemático foi o ocorrido no dia 03 de abril de 2018, quando o General Vilas Bôas, então comandante do Exército, fez uma intervenção pública destinado

ao Supremo Tribunal Federal para recusar o *habeas corpus* solicitado pelo ex-presidente Lula, que estava detido no âmbito da Operação Lava Jato (BOITO, 2020).

Desde o início do segundo mandato de Dilma Rousseff em 2014, os militares de alta patente começaram a fazer pronunciamentos públicos que continham ameaças ao governo. Simultaneamente, grupos liberais e conservadores que estavam insatisfeitos com os resultados eleitorais também se manifestaram, unindo forças com os militares em um esforço conjunto para desestabilizar o governo do Partido dos Trabalhadores.

Esse contexto político, quando se consolidou, colocou em evidência a correlação de forças no bloco no poder que se caracteriza com a burguesia associada no topo, seguida da burguesia interna. Essas frações viram no programa econômico do governo Bolsonaro e na fragilidade de seus partidos próprios a possibilidade de ganhar as eleições, além da possibilidade de escantear a esquerda no momento pós-golpe de 2016 para aprovar as políticas neoliberais que favorecem, sobretudo, a burguesia associada e o capital internacional.

Jair Bolsonaro contou com o apoio dos militares, tendo um general da reserva do exército como vice-presidente e deu sequência à política econômica iniciada em Temer, organizando a hegemonia do capital internacional com a fração burguesa a ele associada. Sendo assim, esses três setores (burguesia associada, parte da burguesia interna e militares) encontraram no governo Bolsonaro o realinhamento com os Estados Unidos e a unificação pelas políticas neoliberais garantidas no programa ultraliberal encabeçadas pelo então ministro da economia, Paulo Guedes.

Durante seu governo, Bolsonaro adotou uma série de medidas que favoreceram a burguesia associada ao capital internacional com as privatizações, a exemplo das vendas da Embraer e Eletrobrás, a nova lei do gás, assim como desregulamentações trabalhistas como a Reforma da Previdência e a Lei da Liberdade Econômica, e abertura econômica de mercados de refino, entre outros (PASSOS; VALLE, 2021).

As medidas citadas acima, colocaram a burguesia industrial em conflito com essas posições ao causar impacto nos impostos de importação e elevação da taxa Selic. Entretanto, as reformas trabalhistas e as privatizações mantêm, até então, as frações burguesas unificadas em sustentar o governo. No entanto, embora a política econômica de Bolsonaro seja caracterizada como entreguista, há um nacionalismo retrógrado característico de um movimento neofascista.

Boito (2019) caracteriza o governo brasileiro como predominantemente neofascista, sustentado por um movimento com essa mesma orientação ideológica. Apesar disso, observa que o regime político ainda corresponde a uma democracia burguesa, embora em estado de deterioração. Essa degradação institucional tem implicações no regime político, evidenciadas por ameaças e ataques às liberdades políticas, como práticas de censura, restrições ao direito de reunião e prisões arbitrárias.

Posto isso, é relevante frisar que um governo fascista não se caracteriza como um Estado fascista. Como colocado pelo autor, vivemos sob uma democracia burguesa com um governo neofascista. Todavia, os governos fascistas, via de regra, são uma composição do fascismo com a direita tradicional, podendo fazer parte dessa composição as igrejas, os partidos da direita tradicional e outras instituições.

Os militares e a direita conservadora, embora convivam com alguns níveis de divergências com o bolsonarismo, se unificam no discurso pró-capitalismo e no ódio à esquerda, assim como posições racistas e conversadoras em relação às mulheres e a população LGBTI. Ademais, os militares tiveram benefícios previdenciários, entre outros que contribuem para a implementação de políticas educacionais que favorecem acúmulo de cargos aos militares.

A proposta de militarização das escolas está alinhada a pautas defendidas por grupos neoconservadores da sociedade brasileira, frequentemente associados à extrema-direita e a segmentos religiosos fundamentalistas. Entre essas pautas, destacam-se iniciativas que restringem a autonomia docente, como os projetos do movimento Escola

Sem Partido e a defesa da educação domiciliar (homeschooling) (PERONI e LIMA, 2020). As escolas cívico-militares se inserem em um contexto permeado pelo negacionismo científico e um processo de fascistização na sociedade brasileira que legitima discursos negacionistas e veicula notícias falsas sobre a ciência e as universidades públicas.

Com base na perspectiva apresentada por Penido (2021), a militarização do aparato estatal pode ser compreendida como um processo que inclui o aumento da presença de agentes de segurança pública nas cidades, sua inserção em cargos da burocracia pública, a incorporação de suas doutrinas nas políticas públicas e a difusão de seus valores dentro da administração estatal. Esse fenômeno também se manifesta na mobilização de efetivos militares para áreas como a educação. Esses elementos ajudam a compreender a militarização das escolas, que se consolida com a presença direta das forças militares no cotidiano escolar.

O modelo das Escolas Cívico-Militares trabalha com a gestão compartilhada entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Defesa (MD) com a participação de docentes e o apoio dos militares, contando com a atuação dos militares da reserva das Forças Armadas a nível nacional, e a níveis estaduais e municipais, e a atuação de policiais e bombeiros. Nessa perspectiva, é relevante ressaltar que o Congresso Nacional aprovou em 2019 a Emenda Constitucional número 101 que acrescenta o inciso 3º ao artigo 42 da Constituição Federal, para estender aos militares dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios o direito à acumulação de cargos públicos prevista no artigo 37, inciso XVI.

A atual Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, permite a existência de quatro sistemas de ensino; o sistema regido pelo MEC e os sistemas próprios das Forças Armadas (Exército, Marinha e Forças Aéreas), legitimados também pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Sendo assim, o sistema dos Colégios Militares do Exército o qual os programas se inspiram, trabalham com um currículo próprio, com outros materiais pedagógicos e tem como objetivo principal a formação de jovens para a carreira militar, e em segundo plano, o bom

desempenho nos processos seletivos para o ensino superior. Ao todo são 14 Colégios Militares em 14 estados do Brasil. Há duas maneiras de ingressar em tais colégios: uma por concurso público e outra por amparo regulamentar, esse último destinado aos dependentes dos militares (Regulamento dos Colégios R-69).

No entanto, é relevante notar que as escolas cívico-militares não são colégios militares, mas há uma notória movimentação da escola pública transferida ao comando militar, com policiais lotados na direção das escolas que abarcam a hierarquia e a disciplina como método. Essas escolas surgem em um contexto político de insatisfação e insegurança da população, sendo legitimadas nos processos de gestão democrática do ensino público (art.206, VI da Constituição de 1988), em que a população local é consultada se é a favor ou contra da implementação desse modelo em escolas de determinado município.

Em síntese, podemos afirmar até aqui, que houve uma crescente presença de militares na administração pública durante o governo de Jair Bolsonaro que evidenciou uma expansão da influência das Forças Armadas e das polícias militares na política institucional. Esse processo foi ilustrado pela eleição do próprio presidente, um ex-capitão do Exército, acompanhado de seu vice, o general da reserva Hamilton Mourão, e pela nomeação de figuras-chave como os generais Augusto Heleno e Walter Braga Netto para ministérios estratégicos. Tal fenômeno retoma um padrão histórico no Brasil, onde momentos de transformação do regime de dominação de classe envolveram protagonismo militar, como no golpe de 1964, quando os militares assumiram o centro do poder político em aliança com o capital financeiro (IANNI, 2019).

Essa atuação política das corporações militares, conforme análise de Penido (2021), se articula por meio do chamado Partido Fardado, expressão que designa o engajamento político das forças policiais subordinado ao chamado Partido Militar, dominado por oficiais das Forças Armadas. Essa estrutura evidencia uma hierarquização dentro da própria militarização da política. Bordin (2021) reforça essa visão ao

destacar a relação institucional das polícias militares com o Exército e enfatiza a longa associação histórica entre essas forças e setores ligados ao capital financeiro.

No âmbito da educação, há envolvimento direto de setores militares na formulação de propostas para a área da educação, exposto no documento Projeto de Nação 2035⁵, elaborado por entidades como os Institutos Sagres, Instituto General Villas Bôas (IGVB) e Instituto Federalistas, todos vinculados a oficiais das Forças Armadas, financiado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Entre as diretrizes apresentadas, destaca-se a promoção das escolas cívico-militares.

A análise até aqui nos permitiu identificar que o projeto de escolas cívico-militares se configura dentro de um processo de interesses de setores militares, vinculados a Think Tanks associadas à interesse militares, havendo em sua caracterização pedagógica uma série de concepções conservadoras e autoritárias que dialogam com um cerco ideológico anticomunista e militar.

Considerações Finais

Ao investigar as diferentes políticas educacionais, foi possível observar que os Institutos Federais e as escolas cívico-militares diferenciam-se não apenas nas propostas, mas também nos objetivos. Os institutos Federais, visam o ensino da ciência e da tecnologia, de maneira integrada, para que o estudante desenvolva habilidades profissionais mais avançadas para a demanda de mão de obra qualificada sobretudo para o setor industrial do país, que vem sendo desmantelado desde 2016 e se intensificou com a Operação Lava Jato. Como consequência,

⁵ O documento Projeto de Nação – O Brasil em 2035, foi elaborado por militares vinculados aos institutos General Villas Bôas, Sagres e Federalistas, com 93 páginas, o texto está estruturado em sete eixos temáticos principais: geopolítica global, governança interna, desenvolvimento econômico, ciência e tecnologia, educação, saúde, segurança e defesa nacional.

as escolas cívico-militares são implementadas no contexto de aceleração de políticas neoliberais e uma relação ideológica do governo Bolsonaro em aplicar valores conservadores, autoritários e militares.

Considerando que a implementação das escolas cívico-militares representa uma mudança recente nas diretrizes das políticas educacionais brasileiras, em certos aspectos divergente do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 (PINHEIRO et al., 2019), abre-se um campo relevante de investigação quanto à efetivação desse modelo e suas possíveis articulações com empresas, think tanks e parlamentares vinculados à burguesia associada. Embora os limites deste estudo não permitam uma análise abrangente, foi possível construir apontamentos críticos e levantar hipóteses sobre as conexões entre frações de classe e os projetos educacionais adotados por distintos governos.

A fim de evidenciar os projetos de políticas educacionais desenvolvidos e aprovados no governo Lula 2 e no governo Bolsonaro, foi possível constatar que a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está inserida no contexto conjuntural da frente neodesenvolvimentista que foi estabelecida ao longo dos governos do PT, que possibilitou a hegemonia da burguesia interna no interior do bloco no poder do Estado.

Os Institutos Federais se formaram como braço institucional do Programa de Aceleração do Crescimento, como uma reivindicação da burguesia industrial que estão presentes nos documentos da CNI (PELISSARI, 2019). Portanto, é um produto mediado e foi importante para a consolidação da frente neodesenvolvimentista, oportunizando a orientação da burguesia associada, dirigente do bloco neoliberal, para uma maior oposição ao governo petista.

Em 2016, após o golpe, percebe-se um avanço acelerado de políticas neoliberais (contrarreformas) mais diretamente a Reforma do Ensino Médio e posteriormente a implementação das escolas cívico-militares que têm na sua caracterização pedagógica concepções conservadoras e autoritárias, que dialogam com um cerco ideológico de concepções neofascista e abrange interesses da burguesia associada.

Ao contrário da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, onde há um grande foco no desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação com o interesse de mão de obra qualificada para o desenvolvimento industrial, os programas das escolas cívico-militares têm foco em uma educação de moral conservadora com tutela e valores militares.

A análise permite compreender que a crise econômica internacional atuou como catalisadora do desmonte da frente neodesenvolvimentista, abrindo espaço para a retomada da liderança do bloco no poder por parte da burguesia associada. No entanto, conforme aponta Anzen (2023), essa fração de classe não apresenta unidade em relação aos projetos educacionais, sendo marcada por distintas orientações político-ideológicas e pela atuação de diversos think tanks.

Nesse contexto, a análise deste estudo levanta que o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) revela uma forte presença das Forças Armadas tanto na implementação quanto na condução pedagógica da política. Contudo, não é possível afirmar, até o momento, uma vinculação direta entre a burguesia associada e o modelo cívico-militar de escola, uma vez que há divergências entre os próprios grupos empresariais, como é o caso da Fundação Todos pela Educação, que se posiciona contrariamente à militarização do ensino (LOPES, 2024).

Por sua vez, a burguesia interna apresenta um projeto pedagógico definido como os Institutos Federais, ao passo que a burguesia associada não dispõe de uma formulação própria e coesa no campo educacional (ANZEN, 2023). Diante disso, torna-se necessário aprofundar a investigação sobre a possível vinculação direta da burguesia associada às propostas de escolas cívico-militares ou se sua presença nesse contexto reflete uma conformação conjuntural.

Essa hipótese ganha relevância considerando que, com a retomada da hegemonia da burguesia associada no bloco no poder, observou-se uma inflexão nas políticas educacionais, marcada, por exemplo, pela Reforma do Ensino Médio iniciada durante o governo

Temer. Assim, o que se pode afirmar até o momento é que as políticas educacionais sofrem influência das disputas e interesses das diferentes frações de classe que compõem o bloco no poder.

Este trabalho, trata-se de uma análise inicial sobre os interesses de classes nas referidas políticas educacionais, compreendendo que há ainda uma análise mais aprofundada sobre quais setores mais envolvidos no projeto das escolas cívico-militares e a quem mais interessa esse tipo de educação no país.

Referências

ANZEN, Kamila. Contrarreforma da educação profissional: interesses e contradições entre frações de classe. 2023. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal do Paraná, IFPR, 2023.

BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BOITO JR., Armando. Dilma, Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira. Goiânia: Editora Phillos Academy, 2020.

BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 50, abr. 2020.

BORDIN, M. A guerra é a regra: hipermilitarização da segurança pública, da vida e do cotidiano. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69386>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BUGIATO, Caio. A cadeia imperialista das relações interestatais: a teoria do imperialismo de Nicos Poulantzas. *Questio Iuris*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2014.

- EVOLUCIONAL. ENEM 2019. Brasil, 2020. Disponível em: <https://enem2019.evolucional.com.br/>. Acesso em: 30 maio 2021.
- IANNI, Octávio. A ditadura do grande capital. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MARTUSCELLI, Danilo. Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil. Curitiba: CRV, 2015.
- PASSOS, Octávio; VALLE, André. As frações burguesas e o governo Bolsonaro. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ed. 168, jul. 2021.
- PELISSARI, Lucas Barbosa. Uma proposta metodológica para a análise das políticas de educação profissional: a análise de conjuntura e as disputas pelo bloco no poder do Estado. *Labor*, Fortaleza, v. 1, 2015.
- PELISSARI, Lucas Barbosa. Educação profissional e neodesenvolvimento: políticas públicas e contradições. Jundiaí: Paco, 2019.
- PELISSARI, Lucas Barbosa. O ensino médio integrado e a luta dos trabalhadores: desafio das políticas públicas de educação profissional. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 626–644, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v21i3.8654615>. Acesso em: 10 out. 2020.
- PENIDO, A. O partido militar, o partido fardado e o sistema político brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 11., 2021. Anais eletrônicos [...]. Associação Brasileira de Estudos em Defesa, 2021. Disponível em: https://www.enabed2021.abedef.org/resources/anais/15/enabed2020/1612289589_ARQUIVO_c2ab26981a5cd7e6c5ce3ed2f9cc065c.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

- PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Patrícia Valim de. Políticas conservadoras e gerencialismo. *Práxis Educativa*, v. 15, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15344>. Acesso em: 22 jan. 2025.
- PINHEIRO, D.; PEREIRA, R.; SABINO, G. Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. *RBP AE*, v. 35, n. 3, p. 667–688, set./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/95957>. Acesso em: [inserir data].
- POULANTZAS, Nicos. Crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. Classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- RAMOS, Marise. A educação tecnológica como política de Estado. In: OLIVEIRA, Ramon de (Org.). *Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate*. Campinas: Papirus, 2012.
- RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória 746/2016: a contrarreforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 16, n. 70, p. 30–48, dez. 2016.
- SABATIER, P. A. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein. *Policy Sciences*, v. 21, n. 2, p. 129–168, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF00136406>. Acesso em: [inserir data].
- SAES, Décio. A evolução do Estado no Brasil (uma interpretação marxista). In: SAES, D. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.